

# A PRODUÇÃO DE CAFÉ E O PROVÁVEL IMPACTO DO AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO<sup>1</sup>

José Eduardo Rodrigues Veiga<sup>2</sup>  
Carlos Eduardo Fredo<sup>3</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A variação do valor do salário mínimo, com validade a partir de abril de 2006, resultou em um aumento real de 13,04%. A avaliação de um provável repasse do aumento dos salários para os custos de produção suscitou um estudo mais abrangente, cuja discussão permite entender a força de trabalho cafeeira nas suas diferenças quantitativas e de ofício em todas as etapas do ciclo produtivo, de forma a apreender não só a influência das várias categorias de trabalhadores na formação do preço, como também na qualidade do produto final.

Este artigo, no intuito de enfatizar a grande necessidade de mão-de-obra utilizada na produção do café - colheita e pós-colheita - ressalta que o café caracteriza-se como o maior empregador por unidade de área e, qualquer que seja o sistema adotado, em suas lavouras ocorrerão capinas (manuais, mecânicas ou químicas), e operações bem específicas da cultura, tais como, arruação, esparramação e podas. Para se ter uma idéia da exigência dessa lavoura por trabalho vivo, observa-se que a colheita mais usual do café é a derriça manual, que demanda efetivamente o maior contingente de trabalhadores, composto na sua grande maioria por trabalhadores temporários (volantes), e somente essa operação inclui fases distintas como arruação (preliminar), varrição e abanação (complementares).

A hipótese que principiou o estudo está na afirmação de que o aumento real do salário mínimo, dado o enorme contingente de trabalhadores rurais envolvidos na produção do café, com certeza significaria o encarecimento do produto, ou melhor, uma transferência de ônus ao produtor.

Nesse sentido, a discussão considerou, no que foi estabelecido de discussão (estritamente) técnica, todas as atividades “dentro e fora da porteira”, bem como o nível de exigência quanto à qualificação da mão-de-obra e sua demanda em dias/homem, de forma a afirmar a **produtividade** como a preocupação que de fato deveria nortear o processo produtivo do café, acima de todas as circunstâncias e eventos conjunturais. Esta discussão teve a sua contrapartida social ao enfatizar que a produtividade do trabalho provoca o desemprego da mão-de-obra temporária, o que é profundamente indesejável para a sociedade como um todo. O item que serve de defesa do emprego e de sua capacitação baseia-se em princípios definidos pela sustentabilidade.

Enfim, ponderou-se a importância do aumento do salário mínimo nos custos de produção a partir de análises que destacam a necessidade de mão-de-obra permanente nas suas diversas operações, e o emprego temporário na colheita, cujos trabalhadores, diferentemente dos demais, são remunerados pela produção.

## 2 - DISCUSSÃO PRELIMINAR

### 2.1 - Proposta (Técnica) Tradicional

O título do artigo levanta uma suspeita que, na verdade, deveria valer para todos os produtos agrícolas. No entanto, o café tem características peculiares que o distinguem dos outros, e cuja explicação passa obrigatoriamente pela maior distribuição de necessidades por trabalho direto (vivo) em todas as etapas do seu ciclo produtivo (incluindo no pós-colheita). De fato, são tantas as operações, e inerentes cuidados, até que o produto esteja pronto para a comercialização, que obrigam a transportar essa investigação além das análises com base nos custos de produção e seus coeficientes de utilização de mão-de-obra.

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, IE-85/2006.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Engenheiro de Computação, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

O próprio *marketing* - que tem abordado os novos e bons tempos da lavoura com foco na melhoria contínua da qualidade do grão, com resultados significativos no que se refere ao crescimento das exportações, à ampla oferta de marcas de café *gourmet* no mercado interno, e ao reconhecimento do produto inclusive em concursos mundiais - prova que alguma coisa nova está acontecendo no processo produtivo do café, e não há como desvendá-la sem inserir a força de trabalho nesse processo, e entendê-la também como fator e causa de mudança. Isto é, um numeroso contingente de trabalhadores, do administrador da fazenda ao trabalhador braçal, sempre estará envolvido num excesso de atividades e tarefas até a obtenção final do produto, ou até mesmo a armazenagem, para assegurar o novo salto do café na direção da qualidade, como anunciado pela Câmara Setorial de Café de São Paulo.

Por isso, afirma-se que verificar a influência do ganho real do salário mínimo sobre os custos de produção do café significa observar o processo produtivo (desde o preparo do terreno para o plantio) e suas relações, de produção e de trabalho.

“Dentro da porteira”, o excesso de tarefas sugere tratar-se de um produto agrícola cuja necessidade de trabalho humano incorporado aos seus custos supera os demais, apesar da modernização ocorrida nos últimos anos - a mecanização paulatinamente vem sendo adotada nas diversas etapas da colheita, caso da derriça, abanação e varrição, e as principais máquinas utilizadas são os abanadores mecânicos, arruadores sopradores, recolhedores sugadores, derriçadoras pneumáticas, derriçadoras portáteis, a derriçadora lateral “kokinha”, colhedora tradicional e colhedoras automotrizes.

Pesquisas que buscam medir diferenças de produtividade - por conseguinte dos custos de produção - têm variado pouco quanto aos seus resultados. De modo que alguns estudos de caso podem ser, senão a referência exata, a medida mais aproximada. Em estudo mais aprofundado, Gomes e Rosado (2005), que especificamente trata da produtividade dos fatores de produção de café nas mais importantes regiões do País, vai bem de encontro à questão ora discutida, a qual, trocando em miúdos, caracteriza-se pelo embate entre o ganho real do salário mínimo e o encarecimento da produção, e chega

a afirmar a produtividade como a preocupação de fato, em que pesem as alterações conjunturais que afetam os fatores a ponto de causarem certo tremor das planilhas dos custos de produção.

Nesse sentido, vale a leitura do texto citado, Gomes e Rosado (2005), para consolidar certas idéias que comprovam a importância de se fazer da cafeicultura uma atividade que deveria depender mais da solidez de sua estrutura produtiva do que das circunstâncias - vale lembrar que a interferência dos preços internacionais já basta como risco inerente ao cultivo.

Gomes e Rosado (2005), a fim de comprovar a importância do estudo das vantagens competitivas dos setores econômicos por meio dos indicadores de produtividade, mostram que estes estão relacionados com as tecnologias de produção, que não só podem direcionar o acesso à competitividade, mas também a manutenção ou a sua ampliação. E, “a necessidade de as atividades produtivas aumentarem suas competitividades, no processo de globalização, impulsiona a modernização de suas estruturas econômicas. Com isso, mão-de-obra, capital e tecnologia movimentam-se de forma livre, entre as regiões. Essa maior mobilidade dos recursos produtivos faz com que estes se concentrem em atividades que sejam mais atrativas, do ponto de vista econômico, ou seja, em atividades que propiciem melhores taxas de retorno aos investimentos”.

No caso específico do café, vale citar Bouvery (1997, *apud* GOMES e ROSADO, 2005) segundo o qual “somente o Brasil tem potencial para aumentar a produção em 10% ou 20% de um ano para outro, o que o coloca no front das decisões sobre a atividade cafeeira”. E o aumento de produção dessa atividade implica produzir com altos rendimentos, pois os retornos econômicos da cafeicultura são estritamente vinculados à produtividade. E mais: “Por ser uma cultura que exige tratos culturais e requer grandes inversões fixas, possibilita retornos compensadores com altas produtividades”. Esta realmente trata-se da questão fundamental, e que poderá marginalizar produtores e regiões.

O estudo de Gomes e Rosado (2005) desenvolvido em regiões produtoras de café nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, de 1975 a 2001, apresentou variações negativas dos seus custos unitários de 4,3% e 4,5%, respectivamente, enquanto as produtividades (saca de 60kg) apresentaram variações positivas de 3,8% e

3,5% ao ano. Constata-se, portanto, que os custos decresceram à medida que as produtividades aumentaram, mostrando, entre outras coisas, que o impacto, por exemplo, do aumento do salário mínimo nos custos pode ser absorvido pelos ganhos de produtividade, de forma a afastar pelo menos essa ingerência conjuntural, visto que, como foi salientado, o cafeicultor já trabalha com a hipótese de marés baixas em função das quedas de preços internacionais.

Gomes e Rosado (2005), de certa forma, deixam implícito que a batalha dos cafeicultores no sentido de aumentarem a produtividade e reduzirem os custos de produção é uma manifestação contra os riscos dos fatores “fora da porteira”, desde que, no período de análise, estão fortemente relacionados com eventos econômicos ocorridos, entre os quais, redução no crédito agropecuário, extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), rompimentos dos acordos internacionais do café e maior abertura da economia.

Por outro lado, essa mesma pesquisa vai demonstrar que à medida que aumenta a produtividade também aumentam o emprego de mão-de-obra e a aplicação de insumos por hectare, enquanto ocorrem quedas relativas dos fatores terra e operações com máquinas, promovendo uma espécie de um ciclo em que a utilização de maiores quantidades de mão-de-obra e insumos por hectare cultivado de café pode contribuir para novamente aumentar a produtividade.

Porém, como se queixam os produtores de café, se o custo do trabalho temporário na operação da colheita onera os produtores principalmente porque a mão-de-obra é escassa e pouco qualificada, salta mais à vista ainda a premissa da oferta de treinamento e capacitação, o que poderia também servir como argumento interessante para a maior fixação do homem nas regiões.

A questão do aumento do salário mínimo também merece ser observada do ponto de vista do trabalhador, já que este ganho real significa uma transferência de renda - a variação do valor do salário mínimo para o período de 01.05.2005 a 31.03.2006 foi 16,7% (de R\$300,00 para R\$350,00) com validade a partir de 01.04.2006, resultando em um aumento de 16,7%, e um aumento real de 13,0% (inflação medida pelo INPC foi de 3,2%). Mas, pergunta-se, até que ponto o produtor de café que o emprega terá fôlego para sucessivos e compensató-

rios aumentos de produtividade. O ponto de equilíbrio entre essa transferência de renda, produtividades crescentes e rendimentos que sustentem a continuidade do processo e, portanto, consolidem a permanência do agricultor na atividade, é a concepção mais contemporânea da capitalização da agricultura. Vale destacar, nesse sentido, Gasques e Conceição (2000) que citam entre as conclusões do estudo que “as regiões que se destacaram em direção à especialização foram as que apresentaram maiores ganhos de produtividade”.

No que se refere à preocupação do fortalecimento da agricultura familiar cafeeira e dos seus assalariados rurais, convém a leitura do magnífico estudo desenvolvido pelo Instituto Observatório Social (2004) que se articulou com a Aliança Nacional do Café e a Coalizão do Café -, que têm analisado e pesquisado o comportamento de empresas em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores assegurados nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que foram apresentadas propostas para melhores condições de trabalho e de vida para esses segmentos sócio-econômicos.

As organizações citadas já haviam publicado *Café do Brasil: o sabor amargo da crise em 2002*, mostrando a importância do café para essas categorias, e *Café e Pobreza - Sara Lee: teoria e prática na Responsabilidade Social* (2003, *apud* INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004). Agora, o estudo apresentado analisa a cadeia produtiva do café com ênfase nas condições de vida e trabalho nas principais regiões produtoras do Brasil, com prioridade analítica à situação dos assalariados rurais.

Com base nesse texto foram destacadas algumas discussões que, entre outras coisas, reforçam a grande importância da agricultura familiar na produção de café - a qual, pelas suas intrínsecas características emprega, com raras exceções, somente na operação da colheita, demanda muitas vezes minimizada por conta da prática de mutirões -, e apresenta evidências de que a mão-de-obra braçal merece destaque não só pela quantidade empregada, mas também pela grande margem potencial de crescimento profissional através de um processo mínimo de capacitação. Além da notória diferenciação dada pela destreza do trabalhador, ele pode influir até mesmo na qualidade final do produto, o que uma colhedora está muito longe de proporcionar.

Parece que pouco mudou quanto à estrutura (fundiária) de produção - e, conseqüentemente, no modo de produção - nos últimos 15 anos em relação aos dias de hoje. Haja vista, por exemplo, artigo de Vegro; Martin; Moricochi (2000) em que os autores afirmam que cerca de 54% da produção do café em coco (café seco) é obtida em estabelecimentos de até 100 hectares, e atualizam a informação citando estudo recente de uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que concluiu que 90% dos produtores de café brasileiros têm propriedades com menos de 100 hectares, e desse total 36% produzem em áreas de até 10 hectares - são os produtores que geralmente adotam a prática do mutirão. Acrescente-se que esse resultado decorre apesar da queda dos preços das exportações, após o Plano Real, que gerou profunda reestruturação na participação dos agricultores familiares, na produção de pequena escala e na produção do volume anualmente produzido. Como resultado, ocorreu a expulsão dos menos competitivos, consubstanciando um quadro que aponta a erradicação e/ou abandono de 780.000 hectares de cafezais e a eliminação de 249.600 empregos no Brasil como um todo.

O impacto de um movimento de retração da produção cafeeira pode ser conferida pela tabela 1, que apresenta o resultado social advindo da produção cafeeira.

Com dados que apontam a necessidade de emprego com base no equivalente-homens/ano (Tabela 2), em vez do número de trabalhadores, que dá a dimensão mais precisa da demanda da força de trabalho nas principais culturas agrícolas do País, comprovando o tamanho da importância do café na geração de emprego.

Necessário observar que o emprego total inclui os trabalhadores mensalistas - permanentes (fixos), residentes ou não na propriedade. No entanto, é na colheita que se configura a demanda mais vigorosa. Instituto Observatório Social (2004) cita estimativas das cooperativas das principais regiões estudadas em que se afirma que a colheita efetuada por colhedoras, em média, chegam a provocar uma redução de 30% de trabalhadores. À guisa de informação, cite-se que as máquinas, como a *Jacto*, produzida em Pompéia (SP), substitui 150 homens por dia, e a *Brastoff* substitui até 500 homens por dia (Farina, 1998, *apud* Instituto Observatório Social, 2004).

Quanto às outras demandas por mão-de-obra durante o ano agrícola, isto é, das demais operações - preparo do terreno, plantio, capinas, adubação no plantio e em cobertura, tratamentos fitossanitários - foram utilizadas informações contidas em Veiga et al. (2001), para a safra 1997/98 no Estado de São Paulo, e que não requerem atualização por conta das poucas alterações sofridas desde então. Deste texto, vale acrescentar que *“em função do tamanho do cafezal e da declividade do terreno, a cultura do café pode ser conduzida com técnicas que englobam desde operações manuais e tração animal até a mecanização quase total”*. Acrescente-se, também, que geralmente são trabalhadores permanentes, ou familiares, no caso da agricultura familiar.

Assim, segundo Veiga et al. (2001), a operação de preparo do terreno para o plantio de novos cafezais (aração e gradeações) empregou apenas 0,6% do total de dias-homem utilizados em 1997/98. A colocação de mudas nas covas é sempre manual, com a utilização de tratores e carretas no transporte; plantio e adubação corresponderam no período analisado - 1997/98 - cujos números, reafirma-se, são válidos até os dias de hoje, a 1,6% de trabalhadores do total ocupado na safra.

No quesito “tratos culturais”, as capinas são consideradas as operações mais importantes para a produtividade dos cafezais. A crescente utilização de herbicidas, já detectada com muita força nesse período, levou a uma redução significativa da mão-de-obra, que em 1988/89 correspondia a 40% do total da mão-de-obra ocupada na safra e passou para 22,4% em 1997/98. Nos tratos culturais, destaca-se, também, a poda dos cafeeiros, *“associada ao plantio adensado e/ou fechamento da lavoura. São três os tipos de poda: receita (corte dos cafeeiros a uma altura de 30-50 cm do solo), decote (corte dos cafeeiros a 1,50 do solo) e esqueletamento (desgalhamento lateral dos cafeeiros, deixando-se a haste principal e os ramos laterais com 30-40 cm de comprimento)”* (FAHL, 1988 *apud* VEIGA et al, 2001). Finalmente, na adubação em cobertura foram utilizados 2,8% do total de dias-homem ocupados na safra.

Do total de dias-homem ocupados nas várias operações agrícolas, a colheita chegou a absorver 72,6% em 1997/98, ainda segundo Veiga et al. (2001). Os autores acrescentam que nesse período cerca de 8.973,8 mil dias-

TABELA 1 - Emprego e Pessoas Beneficiadas na Cadeia Produtiva do Café, 2003

Estado	Área em produção (ha)	Pessoas empregadas/dia (média)	Pessoas beneficiadas diretamente (média)	Pessoas beneficiadas indiretamente (média)
Total	2.346.780	680.566	2.722.264	8.166.792
São Paulo	228.520	66.271	265.084	795.252
Minas Gerais	1.062.000	307.980	1.231.920	3.695.760

Fonte: CECAFÉ/DECEX/MDIC.

TABELA 2 - Requerimento em Equivalente Homem-Ano (EHA) das Principais Culturas do Brasil, 2000-2001

Cultura	EHA 2001	Área (1.000 ha)
Café	770.171	2.305,4
Laranja	124.945	818,8
Cana	594.858	5.815,2
Grãos	2.269.329	36.656,4
Brasil	5.644.197	50.473,9

Fonte: Elaborada pelo Instituto Observatório Social a partir de dados da Fundação SEADE.

homem foram ocupados na colheita de café no Estado de São Paulo e que “considerando-se o período de colheita de abril a setembro, ou seja, 180 dias, chega-se a um total de 50 mil pessoas ocupadas”, com a devida ressalva de que o maior ganho diário nos anos atípicos significa remunerar um número menor de pessoas.

O pós-colheita absorve um número de pessoas cuja remuneração mensal tem relação direta com o salário mínimo vigente. São trabalhadores com vínculo permanente ou familiar, e que participam dessa fase final a começar da secagem manual - quando destaca-se a figura do “terreiroiro”, ou “terreirista” -, e que expõem os frutos ao sol para secar, tomando o cuidado para que não ocorram quebra dos grãos. O terreiroiro também tem a função de medir a produção dos colhedores. De fato, é sobre a quantidade de sacos de café indicada por ele que é feito o pagamento. Depois da secagem, vem o descascamento, atividade mecânica da qual obtêm-se os grãos, e que é exercida pelo “maquinista”. Apenas produtores mais capitalizados possuem a máquina, caso contrário, nesse preciso momento é efetuada a venda do produto. Ou seja, como destacado por Instituto Observatório Social (2004), “a atividade de descascamento dá início à longa cadeia de intermediação comercial do café, do produtor até os mercados interno ou externo”.

Dos pagamentos efetuados, as maiores remunerações cabem aos trabalhadores permanentes, isto é, fiscais, terreiroiros (terreiristas) e maquinistas. A remuneração dos fiscais tem uma característica diferente, pois não só

recebem em torno de dois salários mínimos/mês como têm o acréscimo de 1,5% sobre a produção dos trabalhadores, conforme Instituto Observatório do Café (2004).

Enfim, mesmo com o avanço da mecanização e do uso de herbicidas, o café é uma cultura que emprega muito; “cada grupo de 6.661 pés de café ocupa um trabalhador fixo”. Do total de pessoas que trabalham permanentemente nos imóveis, os mensalistas constituem a categoria mais numerosa. Reafirme-se que são eles os responsáveis pelos tratamentos culturais, pelo manejo, preparo da secagem, terreiro, etc. (VEIGA et al., 2001). Outras categorias entre os assalariados: gerentes, administradores, fiscais (ou feitores) e tratoristas. São essas pessoas cujos salários de alguma forma estão atrelados ao salário mínimo e que, eventualmente, mais agora em função do ganho real histórico, podem ter descarregado alguma influência sobre os custos de produção. Nada, porém, significa tanto em termos de emprego quanto o trabalho temporário, o qual, segundo Veiga et al. (2001) totalizou 7.112.623 diárias pagas na safra de 1999/2000, remunerados pela produção e muito distantes da pequena distribuição de renda ocorrida no meio rural.

## 2.2 - Novo cenário: cafeicultura solidária

“À ciência nós devemos mudanças dramáticas em nossa presunçosa auto-imagem. A astronomia nos ensinou que nossa Terra não é o centro do universo, mas somente um de seus

*bilhões de corpos celestes. Da biologia nós aprendemos que nós não fomos especialmente criados por Deus, mas frutos da evolução dos seres vivos junto com milhões de outras espécies. Agora a arqueologia está demolindo outra convicção sagrada: que a história humana sobre os milhões de anos do passado teria sido uma longa jornada de progresso. Em particular, achados recentes sugerem que a adoção de agricultura, supostamente nosso passo mais decisivo em direção a uma vida melhor, foi de muitas formas uma catástrofe da qual nós nunca mais nos recuperamos. Com a agricultura veio uma brutal desigualdade social e sexual, a doença e o despotismo, que aflige nossa existência” (DIAMOND, 1987).*

Se o aumento da produtividade é um anseio sistêmico da classe produtora rural, seus resultados se constituem no cerne da exclusão social. Não há como discutir a modernização da agricultura sem alertar para o abalo resultante no mercado de trabalho.

No que se refere à cafeicultura - especificamente a paulista - dois aspectos relativos ao barateamento da produção e ao emprego da mão-de-obra temporária estão em destaque no artigo de Veiga et al. (2001); em primeiro lugar, a colheita do café é um dos itens mais onerosos dos custos totais e, em segundo, tanto em 1991/92, como em 1997/98 (acrescente-se, até os dias de hoje), a colheita manual ainda era efetuada em 94% das áreas colhidas no estado, apesar de a classe produtora ter pleno conhecimento de que a mecanização da colheita representa condição *sine qua non* para a melhoria da competitividade, e uma vez adotada a máquina para tal operação, esta significará uma redução de até 1/3 do seu custo.

Este parece um argumento definitivo, difícil de ser contraposto em que pesem as conseqüências sociais e, por isso mesmo, necessário ampliar sua discussão apesar da quase incabível transposição do espaço da produção estritamente capitalista para a **produção justa**. O que se propõe, *a priori*, para o setor cafeeiro, não é simplesmente deixar a mecanização da colheita no estágio em que está como via de pista única para o não agravamento do desemprego no campo. É esta uma solução aparentemente paradoxal, com o afastamento do produtor do princípio básico da realização do capital.

Na verdade, a “tese” que se pretende defender é que o produtor de café, ciente de que

o agravamento da situação social poderá repercutir desfavoravelmente na sociedade na qual ele e sua família se inserem, poderá desfocar sua preocupação exclusiva para o maior volume colhido e, por exemplo, migrar para o café de qualidade, imprimindo assim um novo padrão à sua lavoura, em que, além do produto, será priorizado o trabalhador braçal - além disso, como será discutido, a colheita mecânica e a qualidade do grão do café são antagonicas por princípio.

O produtor sabe que a colheita e o pós-colheita são os fatores que melhor definem a classificação do seu produto, portanto, as melhores possibilidades de alcance do preço. Na colheita rasa o trabalhador volante irá retirar todo o café do galho indistintamente, sem se importar se a cor do fruto é verde, vermelho ou preto, e os levará de roldão com as folhas, galhos secos e outras impurezas, que passarão pela peneira antes do ensacamento. Na colheita seletiva só os frutos vermelhos interessam, portanto a necessidade de várias colheitas no mesmo pé. Daí, afirmar-se que, na colheita seletiva, às colhedoras mecânicas faltam os olhos para a certeza da qualidade. Se depende das características pessoais do trabalhador braçal - destreza, velocidade para realizar as diferentes atividades e resistência física - a determinação do ritmo dessa operação, é dele também a capacidade da rápida observação das diferenças de maturação entre os frutos.

Nunca é demais lembrar que o colhedor de café é um trabalhador temporário (volante, ou **bóia-fria**), assim como todos os que dominam a cena da colheita agrícola no país. No entanto, ao assumir a colheita do café, dele é exigido um esforço mais apurado - mesmo quando na **colheita rasa** -, o que se traduz pela maior destreza e conhecimento de sua interferência para um melhor produto final. Não por acaso, como se comenta em Instituto Observatório Social (2004), *“o fiscal supervisiona a atividade do colhedor para não permitir que ele colha de qualquer jeito, o que pode danificar os pés, e para que ele não misture impurezas no saco. Porém, quanto maiores os cuidados na colheita, determinados pelo fiscal, maior é o trabalho do colhedor e menor será a quantidade de café colhida no dia de trabalho. Devido a estas características os colhedores são pagos por produção: quantidade de café colhido, medida em saco. O pagamento por produção é a forma encontrada pelos proprietários para aumentar a produtividade”*. Isto é, transfere-se ao próprio

trabalhador o controle da produtividade. Salários mais baixos, paradoxalmente, maior o incentivo para o aumento da produtividade.

Na **colheita seletiva**, como já foi colocado, a exigência em relação ao esforço e à atenção é redobrada, ocorrendo, portanto, a redução da produtividade e dos ganhos dos trabalhadores. Existe uma tendência de que nesse tipo de colheita a remuneração supere à da **colheita rasa**, o que explica sua aceitação. Mas na maior parte das vezes, o curto período de tempo em que se dá a colheita do café e o número de trabalhadores nesse mercado de trabalho, aliado à bianualidade do café, constituem-se por si só numa forma de pressão para que este tipo de trabalho seja aceito mesmo com ganhos menores. Ou seja, o aumento do valor agregado, nem sempre implica melhor distribuição de renda. Conclui-se, também, que na colheita seletiva a capacitação do trabalho é fundamental à garantia da homogeneidade do produto colhido. Não há dúvida de que este tipo de colheita exige do trabalhador maior esforço e maior atenção, implicando produtividade e ganho dos trabalhadores menores.

Por conta dessas afirmações pode-se afirmar que a argumentação dos empresários de que o grande problema da compra dos equipamentos para colheita seriam exclusivamente dos preços, que alcançam R\$170 mil, é contestável em função, verdadeiramente, do *plus* de qualidade que só o trabalho vivo (direto) pode alcançar, desde que o seu trabalho seja valorizado por um processo mais apurado de capacitação.

Por isso, a remuneração dos volantes na colheita seletiva deveria fazer parte de uma discussão em que a garantia de emprego fosse outro item importante colocado à mesa de negociação. Nesse sentido, aos sindicatos de trabalhadores vai o recado de que este poderia ser o princípio de uma fixação mínima de trabalhadores temporários entorno das propriedades de café, base para maior fortalecimento destes sindicatos e capacitação dos volantes - num sistema, por exemplo, com o cadastramento dos empregados, um misto de temporários por ofício e permanentes por contrato. Seria um redirecionamento do emprego do trabalho temporário no café, e a possibilidade de maior poder de barganha dos sindicatos trabalhistas rurais.

O produtor de café que orientar sua cafeicultura embalado pelo conceito do novo

mercado de qualidade - e que assim poderá atender às demandas da sociedade pela manutenção do emprego no campo - estará se incluindo, com as vantagens intrínsecas, em um ambiente competitivo que tem indicado as grandes mudanças no mercado cafeeiro. Isso porque, o produtor de café precisa escolher não só o ambiente social em que se dará todo o seu processo produtivo, bem como a forma como se inserirá no mercado cafeeiro.

E, também, como o novo mercado de qualidade requer que o produtor que almeja sua inserção considere a informação como insumo fundamental para alcançar a diferenciação proposta nessa atividade, torna-se desde já importante saber, como está posto em Souza (2006) que *“a diferenciação do café começou a se intensificar principalmente após a desregulamentação do setor, seja na esfera internacional, com o fim dos AICs - Acordos Internacionais do Café em 1989, como no mercado interno, com a extinção do IBC em 1990”*. *“A liberdade de preços levou ao aumento da concorrência por segmentação e diferenciação”* (SAES, 1997).

Embora o setor cafeeiro, como afirma a autora acima citada, ainda mantenha postura conservadora, com pouco interesse por ações competitivas que promovam mudanças nesse sentido, com a chamada desregulamentação *“diferentes atores começaram a se mobilizar num movimento de valorização da qualidade da bebida”*. No entanto, é citado um importante *“porém”*: o modelo tecnológico adotado para a cafeicultura no país se orienta pela redução dos custos com o aumento da produtividade (exatamente como proposto no item 2.1), e que não favorece a qualidade do produto.

Nesse ponto, Souza (2006, p. 45) salienta que *“faltava às novas variedades introduzidas, mais produtivas, a uniformidade de maturação necessária para a forma de colheita praticada, o que resultava em altas porcentagens de grãos defeituosos e de sabor desagradável. Apenas os plantios localizados em áreas de clima seco e frio na época da colheita, onde a maturação mais lenta reduz a possibilidade de fermentação, tinham maiores chances de obter um produto de qualidade superior”*. Além disso, em climas menos favoráveis é possível que a colheita seletiva, aliada a um novo método de processamento de grãos - o cereja descascado, *“que permite obter uma fração exclusiva de grãos maduros”* - também possa

promover ganhos de qualidade.

Em suma, o texto acentua que a qualidade do café depende principalmente das condições agroecológicas e/ou da decisão dos cafeicultores no que se refere ao sistema de cultivo (pleno sol ou na sombra), forma de colheita (manual ou mecânica), forma de beneficiamento ou secagem dos grãos Souza (2006).

Na prática, a defesa em prol de um café de qualidade - que se justifica na essência pela postura social - ainda encontra na inadequada remuneração pelo produto superior um obstáculo que somente será superado quando o conjunto maior de produtores suscitar o interesse do universo da cafeicultura em trabalhar o significado mais abrangente do conceito a ser imprimido no café. Esta definição não se restringe ao produto em si, melhor e mais refinado, mas também aos seus resultados ambientais e sociais.

Até a maior conscientização dos cafeicultores, há embates duríssimos pela frente. Como enfatiza Souza (2006, p. 49), “(...) se os padrões oficiais consideram os defeitos e negligenciam a origem dos plantios, também pouco colaboram para promover a sustentabilidade da produção. Com exceção de Minas Gerais, que por meio do decreto 38.559 de 1995 delimitou formalmente quatro regiões produtoras de café no estado (sul de Minas, Cerrado, Matas de Minas e Chapada de Minas), e de uma associação de produtores de cafés especiais, a BSCA - Brazil Speciality Coffee Association, que estabeleceu critérios de sustentabilidade para seus associados, as principais iniciativas dos atores do mercado cafeeiro dedicaram-se a promover a qualidade dos grãos sem uma preocupação imediata com origem ou parâmetros ambientais e sociais”.

A proposta não é simples, ainda mais quando se exige a imersão total dos produtores nessas questões, tão distantes historicamente de seus objetivos ligados estritamente à produção e à realização econômica. Mas é chegada a hora no País da assimilação definitiva da idéia de que o desemprego causado pela mecanização será sempre absorvido pela sociedade da qual o próprio produtor e os seus familiares fazem parte. Se vale, pelo menos, para despertar o interesse dos cafeicultores pelo futuro de seu empreendimento, Souza (2006) vai destacar que o foco do mercado europeu para a importação de café está relacionado com o desenvolvimento de programas como o C4 - Código Comum da Comunidade de

Café, um patamar mínimo para a produção sustentável de café verde, assim como é o selo ABIC de pureza para o produto torrado e moído.

A parte social da sustentabilidade está relacionada com o emprego e as condições decentes de trabalho e de vida dos trabalhadores. Seria aquela produção que tem por objetivo a preocupação direta com padrões de qualidade social. Por exemplo, quanto à questão ambiental, áreas de matas primárias não poderão ser derrubadas para a implantação de novos cafezais.

E se o argumento do café sustentável não for o suficiente para defender o emprego, vale a pena recorrer à leitura do artigo de Resende (2006), que discute políticas que inviabilizaram o mercado de trabalho agrícola e a agricultura familiar, enquanto fomentavam a mecanização agrícola e o predomínio da produção em grande escala.

A discussão empreendida destaca a magnitude da pobreza e desigualdade no Brasil, e levanta concretas possibilidades de o setor agrícola seguir um padrão de crescimento mais de acordo com os padrões distributivos da economia nacional. Isso requer a adoção de uma certa tecnologia que vise absorver mão-de-obra pouco qualificada na economia como um todo, e que poderia a um custo baixo obter a qualificação requerida para o novo padrão de tecnologia agrícola. A mudança tecnológica proposta pelo autor citado tem em mira exatamente o aumento da absorção de mão-de-obra não qualificada, “que é a que existe em abundância em nossa economia”.

Resende (2006, p. 51) argumenta com base no modelo de inovação tecnológica induzida de Hayami e Ruttan, segundo o qual, o padrão tecnológico que prevalece na agricultura brasileira resultou de escolhas que tiveram por base os preços relativos dos fatores, e que foram distorcidos como resultado da operação de políticas públicas, as quais fizeram com que “o custo da mão-de-obra para o empregador - custo privado da mão-de-obra - tenha sofrido um forte aumento tomando-se muito superior ao seu custo social (o salário efetivamente recebido pelo trabalhador), enquanto o custo privado do capital (o custo do capital do ponto de vista do agricultor) tendo ficado inferior ao seu verdadeiro custo social. A escolha da tecnologia atual foi, portanto, condicionada por esses preços relativos distorcidos dos fatores de produção”.

A citação acima sugere que é perfeita-

mente cabível pensar-se em novo padrão de desenvolvimento agrícola, desde que ocorra mudança dos preços relativos dos fatores, na qual resultaria no uso de tecnologia menos intensiva em capital e mais intensiva numa mão-de-obra barata que seja dotada de uma qualificação agrícola específica, como pensado para o caso do emprego na cafeicultura.

Finalmente, cabe citar artigo veiculado pela imprensa (CAFÉ, 2006) que discute a garantia da rastreabilidade do café, “da lavoura à xícara” - proposta do Programa Cafés Sustentáveis do Brasil, iniciativa conjunta da Associação Brasileira das Indústrias de Café (ABIC) e do Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado (CACCCER). A pretensão é que entre as mais de 150 marcas certificadas pela ABIC, várias trabalhem com origem controlada e sustentabilidade. O artigo reforça o fato de que o quesito “sustentabilidade” “começa a despertar o interesse do consumidor brasileiro”, e que já existem demandas com exigências específicas nesse sentido, as quais caracterizam o *Fair Trade*, o comércio justo, que prevê o controle de agrotóxicos, preocupação ambiental e proibição do emprego da mão-de-obra infantil. Parece que é a hora certa de sugerir que incluam entre os objetivos a preocupação com a manutenção do emprego de trabalhadores temporários na cafeicultura e sua capacitação profissional progressiva.

### 3 - METODOLOGIA

Tendo como objetivo estimar os valores das diárias pagas aos colhedores de café coco e cereja no período 2000-2006 foram utilizadas informações sobre pagamento de empreitada<sup>4</sup> organizadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). As informações coletadas referem-se à quantidade colhida por homem e ao valor pago ao trabalhador por unidade de medida especificada para cada cultura, os quais multiplicados entre si resultam no valor da diária recebida. Este resultado foi deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Con-

<sup>4</sup>O levantamento sobre pagamento de empreita é realizado no mês de junho para as culturas de café, laranja, limão, tangerina e cana-de-açúcar. Os dados são obtidos com base em informações dos técnicos responsáveis pelas Casas de Agricultura de todos os municípios do Estado de São Paulo.

sumidor Amplo (IPCA) com base em julho/2006.

Completo-se a análise com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2006) disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na qual estão registrados mensalmente o número de admissões e desligamentos celetistas em todos os setores econômicos, bem como informações sobre gênero, ocupação, nível de instrução, faixa etária e média salarial dos postos de trabalho. O CAGED é um importante instrumento para análises sobre o mercado de trabalho formal, pois configura-se num censo sobre a movimentação de trabalhadores celetistas no Brasil.

Os dados foram organizados em número de “Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca”<sup>5</sup>, na atividade econômica “Cultivo de Café”<sup>6</sup> para o Estado de São Paulo, estimando-se a massa salarial mensal (deflacionada também pelo IPCA, base julho/2006) no período de janeiro de 2005 a junho de 2006.

### 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A utilização intensiva da mão-de-obra se dá na colheita, com a participação dos trabalhadores volantes. E, como discutido em Veiga et al. (2001), embora tenha ocorrido uma redução na demanda por trabalho nas demais operações - nas quais se inserem os trabalhadores permanentes (residentes ou não) - devido ao uso de herbicidas e ao avanço da mecanização, cada grupo de aproximadamente 6.600 pés de café chega a ocupar um trabalhador fixo, sendo que por volta de 74% deles residem nos locais de trabalho.

Acrescente-se, também, que entre esses trabalhadores fixos, que correspondem a 58% do número total de trabalhadores necessários para cumprir todas as operações da produção cafeeira, estão os melhores qualificados, como gerente, administrador e tratorista; ressalte-se que os mensalistas, que compõem o quadro permanente da mão-de-obra comum, alcançam em torno de 80% do seu total - o que rebaixa significativamente a média dos salários desses trabalhadores.

A partir das informações advindas de

<sup>5</sup>Ocupação definida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-2002).

<sup>6</sup>Atividade definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE95).

todas as categorias de trabalhadores permanentes, em que se incluem também os fiscais e terreiristas, que foram elaborados os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE) (Tabela 3), os quais permitem a constatação da valorização salarial causada pelo aumento real do salário mínimo, e que pesarão nas planilhas conforme a ponderação discutida no texto. Comparando-se os valores de 2006 com os de 2005, observa-se que em abril, quando deveria estar vigorando o referido aumento do salário mínimo, ainda não foi detectada nenhuma diferença, o que pode indicar um mês de atraso na aplicação do novo salário. Já os valores de maio e junho dos anos em comparação apontam, respectivamente, aumentos salariais de 16,2%, bem próximos ao aumento estabelecido de 16,7% (ganho real de 13,0% mais a inflação). Curiosamente, é possível observar-se que a regra de repasse do ganho real para os salários valeu para os admitidos, mas não se repetiu com os desligados - comparando-se os mesmos meses de maio e abril nos dois períodos, o acréscimo foi irrelevante, fazendo com que a média total desses trabalhadores fixos tenha registrado a incorporação do ganho real do salário mínimo, de 13,2% e 12,2%, respectivamente, porém, sem somar a inflação.

Os dados acima permitem inferir que foi acrescido aos salários dos trabalhadores uma porcentagem compatível com o aumento do salário mínimo. Convém frisar, no entanto, que a mão-de-obra total do café corresponde de 40 a

60% dos custos de produção.

Dessa maneira, os mensalistas que são responsáveis por 22,4% do custo referente à mão-de-obra participam entre 9% e 13,4% do custo total de produção. Aplicando-se o mesmo raciocínio para os gerentes/administradores, cuja participação no custo da mão-de-obra é de 5%, participam com apenas 2% a 3% sobre o custo total de produção. O restante do custo da mão-de-obra (72,6%) é proveniente do pagamento dos volantes e, assim, variam de 29,0% a 43,6% no custo total de produção do café.

Pelo peso que representam na formação dos custos de produção do café, importante observar a tabela 4 que expõe os valores do trabalho na colheita, e que vai demonstrar que nessa enorme fatia do mercado de trabalho rural predomina a lei da oferta e da demanda na consolidação do preço nesta operação.

Os valores obtidos permitem observar com absoluta segurança não ter havido transferência do aumento real do salário mínimo para as diárias pagas na operação da colheita, com variações promovidas pelas pequenas inflações - de 8,2% de 2005 para 2006 e de 39,4% no período apresentado. Os números, que atestam a tendência do cumprimento a oferta e demanda de emprego, não fizeram mais do que atender, como afirmado acima, à tipificação do mercado da mão-de-obra temporária no momento preciso em que se iniciou a derriça do café.

TABELA 3 - Salários Médios de Admitidos e Desligados no Cultivo de Café, Estado de São Paulo, 2005/06<sup>1</sup>

(em R\$)

Período	2005			2006		
	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total
Janeiro	366,1	318,5	351,5	371,5	360,4	366,4
Fevereiro	349,2	364,9	359,3	379,1	355,0	369,1
Março	508,3	628,4	550,1	385,8	365,3	378,1
Abril	384,1	518,2	410,0	362,1	367,5	364,0
Maio	315,0	360,8	322,7	365,9	362,5	365,4
Junho	334,2	380,7	344,7	388,2	380,2	386,5
Julho	296,7	368,5	336,8	-	-	-
Agosto	296,4	417,6	396,5	-	-	-
Setembro	310,5	328,0	324,0	-	-	-
Outubro	318,3	321,1	319,9	-	-	-
Novembro	344,5	396,5	380,9	-	-	-
Dezembro	422,1	271,0	332,8	-	-	-

<sup>1</sup>Deflacionados pelo IPCA (base julho/2006).

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE).

TABELA 4 - Pagamento de Empreita da Colheita do Café Cereja, Estado de São Paulo, 2000 a 2006

Ano	Quantidade colhida homem dia (l/dia)	Preço médio pago (R\$/l)	Diária paga (R\$)	Salário (22 dias) (R\$)
2000	237,08	0,11	26,51	583,25
2001	231,93	0,12	27,61	607,47
2002	262,99	0,11	29,08	639,80
2003	229,85	0,12	27,26	599,62
2004	250,21	0,15	36,37	800,07
2005	251,95	0,14	34,14	751,05
2006	263,89	0,14	36,94	812,78
Var. % (2000/06)	11,31	25,20	39,35	39,35

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA)/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados do CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2006), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, possibilitaram observar que os salários dos trabalhadores permanentes na cafeicultura tiveram aumentos condizentes com o do salário mínimo (inflação medida pelo INPC de 3,2% mais um ganho real de 13,0%, totalizando 16,7%), enquanto este repasse não se repetiu no âmbito dos volantes empregados na colheita, com os valores pagos pela empreita determinados pela oferta e demanda. O repasse do aumento dos salários dos trabalhadores permanentes sobre os custos de produção atinge o máximo de 13,4%.

Este artigo destacou que a influência dos novos valores sobre o custo final do produto pode ser resolvida pelo aumento da produtividade, considerada, em termos puramente técnicos, como a preocupação que deveria nortear a produção de café, qualquer que seja o peso das alterações conjunturais. Por meio de revisão bibliográfica discutiu-se que os indicadores de produtividade estão relacionados com as tecnologias de produção, que podem direcionar o acesso à competitividade, bem como a sua manutenção ou ampliação.

Dentre as conclusões deste estudo, mencionou-se que o aumento de produção da cafeicultura implica produzir com altos rendimentos, pois os retornos econômicos são estritamente

vinculados à produtividade; e, que, justamente por se tratar de uma lavoura em que os tratamentos culturais são tantos, e que requerem cuidados especiais e trabalhadores que superam a todos quanto ao número empregado em operações intermediárias do ciclo produtivo, o café requer altas produtividades para melhor possibilitar retornos compensadores.

Nesse sentido, citou-se estudo desenvolvido em regiões produtoras nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, que apresenta no quesito produtividade variações positivas de 3%, 8% e 3,5% ao ano, *pari passu* às variações negativas de seus custos unitários de 4,3% e 4,5%, respectivamente, para os dois estados envolvidos no estudo.

A discussão alternativa à adoção de novas tecnologias ressaltou que a mecanização da colheita, sem sombra de dúvida, leva ao barateamento da produção, visto que propicia redução dos custos em até 1/3 em relação à manual, porém, implica brutal desemprego da mão-de-obra temporária. Acrescentou-se, também, que a colheita mecânica resulta na pior qualidade do grão. A valorização desse argumento é fundamental para a mudança de ótica quanto à produção de café, e que se refere à opção pelo **café de qualidade**, considerado no texto como **cafeicultura solidária**, por englobar a manutenção do emprego da mão-de-obra temporária, as maiores possibilidades de sua capacitação e maior preocupação ambiental. São princípios que se aplicam perfeitamente à produção sustentável.

## LITERATURA CITADA

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 16 out. 2006.

CAFÉ totalmente rastreado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 nov. 2006. Suplemento Agrícola.

DIAMOND, J. O pior engano na história da raça humana. **Discovery Magazine**, maio 1987. p. 64-66. Disponível em inglês: <<http://www.agron.iastate.edu/courses/agron342/diamondmistake.html>>.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores**. Brasília: IPEA, 2000.

GOMES, F. M. M.; ROSADO, P. L. Mudança na produtividade dos fatores de produção da cafeicultura nas principais regiões produtoras do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 4, 2005.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Salários rurais - (Mercado de Trabalho)**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>. Acesso em: 16 out. 2006.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Café: vida, produção e trabalho – agricultores familiares e assalariados rurais**. São Paulo, 2004. 65 p.

RESENDE, G. C. Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 47-78, 2006.

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação do mercadobrasileiro de café**. São Paulo: AN-NABLUME, 1997. 221 p. (Selo Universidade, 61).

SOUZA, M. C. M. **Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários**. 2006. 192 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

VEIGA, J. E. R. et al. Relações de trabalho na cafeicultura paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 61-89, maio 2001.

VEGRO, C. L. R.; MARTIN, N. B.; MORICCHI, L. Sistemas de produção e competitividade da cafeicultura paulista. \_\_\_\_\_, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 7-44, jun. 2000.

### **A PRODUÇÃO DE CAFÉ E O PROVÁVEL IMPACTO DO AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO**

**RESUMO:** Este estudo aprofunda a discussão sobre possível encarecimento da mão-de-obra cafeeira em função do ganho real do salário mínimo e apresenta argumentos que defendem o aumento da produtividade do café como potencial ainda a ser bem explorado, e também como saída das pressões salariais exercidas sobre os custos de produção. De certa forma, salienta-se a importância de se fazer da cafeicultura uma atividade que, em que pesem alterações conjunturais, dependa de fato da solidez de sua estrutura produtiva. Tal estudo implica abordar o processo produtivo por meio de suas relações de trabalho, com realce à distribuição do emprego nas etapas correspondentes ao ciclo do produto - até o pós-colheita - e à diferenciação das categorias distribuídas nas várias atividades. O estudo apresenta, também, uma proposta para a cafeicultura com base em premissas próprias da sustentabilidade, defendendo nova postura do produtor de café, em que os principais objetivos são a qualidade do produto, a manutenção do trabalho temporário, sua capacitação e a maior qualidade de vida dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** cafeicultura, relações de trabalho, produtividade, salário mínimo, café de qualidade, capacitação do trabalhador volante.

**THE LIKELY IMPACT OF AN ACTUAL INCREASE IN MINIMUM SALARY  
ON COFFEE PRODUCTION COSTS**

**ABSTRACT:** *This study deepens the debate on possible labor cost increases in coffee production due to minimum wage real earnings. It also presents arguments that defend the increase in coffee productivity as a potential still to be better exploited, and as a solution to wage pressures on production costs. In a certain manner, it highlights the importance of making coffee production an activity that, despite the weight of transitory alterations, relies de facto on the solidity of its productive structure. Such study implies discussing the productive process through its work relations and, more distinctively, the employment distribution in the corresponding stages of the productive cycle - until the post harvest - and the differentiation of categories distributed in several tasks. This study also makes a proposal for the coffee activity based on sustainability premises, defending a new positioning for coffee producers, whose primary objectives are product quality, temporary work maintenance, training and better life quality for workers.*

**Key-words:** *coffee production; labor relations; productivity; minimum wage; gourmet coffee; seasonal worker training.*

---

Recebido em 17/11/2006. Liberado para publicação em 11/12/2006.